

TERMO DE ENCERRAMENTO COM AS DIRETRIZES DO I FÓRUM BRASILEIRO DO TERCEIRO SETOR SOBRE DROGAS

O 1º FÓRUM BRASILEIRO DO TERCEIRO SETOR SOBRE DROGAS, reunido em Caeté, Minas Gerais, no período de 04 a 06 de dezembro de 2008, com 501 participantes de 14 estados brasileiros, representando 29 entidades do Terceiro Setor, propôs, estudou, debateu e elaborou as propostas a seguir, aprovadas em PLENÁRIA, no dia 06 de dezembro, se comprometendo a encaminhá-las a órgãos e setores competentes, além de empenhar-se, pelo cumprimento das mesmas.

Eixo temático: VIOLÊNCIA E TRÂNSITO

- 1) Intensificação da fiscalização no trânsito e penalizar prontamente o motorista infrator.
- 2) Adoção de novas tecnologias de verificação da conduta de beber e dirigir (como, por exemplo, o bafômetro passivo).
- 3) Proposição de maior taxaço de impostos para subsequente aumento do preço das bebidas alcoólicas.
- 4) Redução dos pontos de venda de bebidas alcoólicas, especialmente nas proximidades de instituições de ensino, segundo reza a Lei.
- 5) Limitação do horário de funcionamento de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, segundo o modelo de Diadema, SP.
- 6) Ampliação de medidas penalizadoras, como por ex: Além da multa e suspensão da habilitação (já contempladas na Lei), que também o veículo fique apreendido por um período proporcional à concentração alcoólica constatada no ato da infração.
- 7) Criação de um sistema de educação para o motorista que tenha cometido infrações no trânsito sob efeito de drogas lícitas e/ou ilícitas, por meio de parcerias do Estado com instituições afins (Ex. grupos de reflexão sobre drogas).
- 8) Ampliação do número de programas preventivos nas escolas, referentes à violência no trânsito, incluindo-os na grade curricular.
- 9) Criação de mecanismos de controle e identificação da presença, no organismo do motorista, de “rebite” e outras substâncias psicoativas além do álcool.
- 10) Proibição da venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina na zona urbana e rodovias.
- 11) Inclusão no programa de formação de condutores, de conteúdo específico de orientação sobre a relação drogas e violência no trânsito.
- 12) Proposição de que se crie mecanismo de responsabilização das empresas produtoras de bebidas alcoólicas, pelo custo social e econômico do seu produto.
- 13) Aumento da idade legal para consumo de bebidas alcoólicas, de 18 para 21 anos.

Eixo temático: ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

I - AÇÕES EDUCATIVAS:

1. Capacitação e valorização de profissionais na área da Educação, voltados para o adolescente.
2. Capacitação de pessoas do Terceiro Setor.
3. Criação de curso de tecnólogo em dependência química.
4. Inclusão, na grade curricular, desde o ensino infantil até o superior, de disciplinas específicas em dependência química.
5. Busca de apoio e incentivo para a criação de Escola de Pais com parceria do Terceiro Setor.

II - LAZER:

1. Incentivo à criação de espaços de lazer para o adolescente e sua família, objetivando melhoria na qualidade desse relacionamento.

III - TRATAMENTO:

1. Tratamento gratuito aos adolescentes dependentes e seus familiares, com atendimento psicossocial, assistência médica, psiquiátrica, psicológica e capacitação profissional desses adolescentes.

IV - LEGISLAÇÃO:

1. Fiscalização dos pontos de venda de álcool;
2. Incentivo das parcerias entre os três setores, buscando a informação e tratamento da dependência química.
3. Fiscalização do cumprimento da lei, que proíbe a permanência de menores de 18 anos, desacompanhados de pais e responsáveis, em bares e outras casas noturnas.
4. Encaminhamento de medidas sócio-educativas para menores que forem flagrados alcoolizados ou sob efeito de outras drogas.

Eixo temático: O PAPEL DA MÍDIA

1 – Sugestão para que cada Conselho Municipal e Estadual levem à Câmara Municipal e Assembléia Legislativa de cada Município e Estado, proposta de criação de um órgão fiscalizador para as propagandas de bebidas alcoólicas.

2 – Solicitação e estímulo às Secretarias Estaduais de Educação no sentido de formulação de materiais didáticos e pedagógicos, tais como folhetos, cartilhas e livros, com o tema: conseqüências do uso e abuso do álcool e outras drogas, a fim de motivar a auto-estima e a capacidade de crítica nas crianças da educação básica.

3–Criação de um CONSELHO DE MÍDIA MAIOR, para atuar na regulamentação das propagandas de bebidas, bem como na divulgação de ações eficazes no combate ao uso e abuso de álcool e outras drogas.

4 - Solicitação ao representante das entidades civis no CONAR, que fique vigilante nas questões envolvendo as propagandas de bebidas alcoólicas.

5 – Criação, pelo Fórum, de uma usina de releases para distribuição permanente, junto aos veículos de comunicação, de matérias pertinentes à dependência química.

6 – Incentivo, através deste Fórum, às entidades, profissionais e voluntários, ligados à dependência química, para exercerem a vigilância dos veículos de comunicação, através dos canais “cartas”, “aos leitores”, “fale conosco” e “ouvidoria”.

7 – Sugestão de que o Congresso Nacional elabore leis de regulamentação da propaganda de bebida alcoólica (aquelas com teor acima de 0,5 GL), estipulando horário de exibição e restrição de conteúdo, especificando a idade do público-alvo e penalizando com multas e outras penas alternativas o seu descumprimento, destinando os valores das multas para entidades de prevenção ao uso e abuso de álcool.

Eixo temático: COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

1. Apresentação da necessidade das Comunidades Terapêuticas e dos diversos serviços da rede, para construir critérios e procedimentos para referência e contra-referência desses serviços, garantindo, técnica e financeiramente, a efetivação da seguridade social (Saúde, Assistência Social e Previdência).

2. Apresentação da necessidade de articulação, técnica e financeira, entre as Comunidades Terapêuticas, Federações de Comunidades Terapêuticas, Universidades, Institutos de Pesquisa e Tecnologia e Agências Financiadoras, públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a implementação de capacitação continuada e avaliação, qualitativa e quantitativa, do tratamento em Comunidades Terapêuticas para dar visibilidade aos tratamentos que sejam efetivos.

3. Promoção de parceria entre as Federações de Comunidades Terapêuticas e a Vigilância Sanitária para que o monitoramento da RDC nº 101/01 seja proativo.

5. Promoção de eventos científicos organizados pelas Federações de Comunidades Terapêuticas, para a troca de experiências terapêuticas, visando a integração, publicação e divulgação dos trabalhos.

5 Articulação, ampliação, fortalecimento e qualificação dos recursos sociais, pelos representantes das Comunidades Terapêuticas, através da rede de atendimento e dos Conselhos Municipais, para o acompanhamento Familiar, oferecendo maior efetividade e visibilidade ao tratamento.

Eixo temático: GRUPOS DE MÚTUA AJUDA

1. Divulgação dos grupos de mútua-ajuda pela mídia, impressa e outras, inclusive em horário nobre.
2. Proposição para o cumprimento da Lei sobre drogas nº 11343/2006, art. 19, inciso X e XI.
3. Criação, pelo Estado de cursos de capacitação para coordenadores de grupos de mútua-ajuda.
4. Divulgação, em todos os centros de saúde, hospitais e serviços comunitários, com listas dos endereços e telefones dos grupos de mútua-ajuda da região, bem como na reunião de pais nas escolas públicas.
5. Informação e divulgação da existência dos grupos de mútua-ajuda, nos centros de capacitação profissional das áreas da Saúde,
6. Divulgação dos números de telefone da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e dos grupos de mútua-ajuda da região nas contas de telefone, luz, IPTU, água etc.
7. Acesso gratuito ao transporte coletivo para pessoas carentes para a frequência às reuniões dos grupos de mútua-ajuda.

Eixo temático: RECURSOS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA

1. **CRIAÇÃO DE FUNDOS SETORIAIS NOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO:** Federal, Estadual e Municipal, para aplicação específica nos serviços de prevenção, tratamento, reinserção social e acompanhamento de usuários de substâncias psicoativas, visando a criação de subsídios para o seguimento e a redução da oferta e da demanda desses produtos:
 - a. Nível Federal/Estadual: através do aumento/repartição de tributos incidentes sobre a comercialização e industrialização de cigarros e álcool.
 - b. Nível Municipal: Altas taxas e multas pelo exercício do Poder de Polícia (licença especial para a venda de bebidas e cigarros).
2. **CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCENTIVO:**
 - a. Para abatimento dos tributos federais (IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica: lucro real, presumido, arbitrado, simples nacional e IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física), estaduais (ICMS, ITCMD e IPVA) e Municipais (ISS, IPTU e outros), referente a doações para fundos que apóiam ou financiam ações de tratamento de dependentes de substâncias psicoativas, ou a entidades credenciadas e/ou reconhecidas por seus serviços.
 - b. Para empresas que custearem o tratamento de seus funcionários ou familiares.
 - c. Para as entidades, na forma de campanhas contra a sonegação fiscal, com recolhimento de Notas Fiscais, revertendo um percentual para essas mesmas entidades, a exemplo da Nota Solidária do Rio Grande do Sul.
 - d. Para as entidades captarem recursos junto à iniciativa privada, mediante certificados de captação de recursos relativos a projetos previamente aprovados pelas instâncias dos respectivos conselhos e órgãos nas diversas esferas de Governo (Federal, Estadual ou Municipal), com dedução desses valores pelo doador dos tributos da esfera respectiva.

3. CRIAÇÃO DE LINHAS DE FINANCIAMENTO (RECURSOS):

- a. Continuadas para as ações de tratamento e reinserção social, no âmbito do SUS e SUAS, por procedimentos de baixa, média e alta complexidade, mediante o credenciamento das entidades não governamentais que atendam à RDC 101, como modelo específico de Comunidade Terapêutica e de outras ações ou serviços (especial atenção aos usuários de crack).
- b. Para programas e projetos de desenvolvimento de Centros de Triagem e Encaminhamentos aos serviços necessários, Moradias Assistidas, Manutenção, Recursos Humanos, Espaços Físicos, Cursos de Capacitação, Extensão e Especialização.

4. CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS SOCIAIS PARA DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS:

- a. Mudança e aprimoramento da legislação permitindo a participação de entidades atuantes na área;
- b. Treinamento visando capacitar as diversas entidades não governamentais atuantes na área de SPA para a implantação e manutenção dessas Cooperativas;
- c. Fomento e apoio à criação e manutenção dessas cooperativas mediante alocação de recursos específicos.

5. Proposição para que a rede de saúde complementar e suas agências reguladoras custeiem integralmente os serviços de tratamento de dependentes de SPA e de seus familiares.

6. Ampliação dos convênios entre os diversos entes governamentais sejam estaduais, municipais e as entidades do terceiro setor para o tratamento, a reinserção social e o atendimento familiar dos dependentes de SPA.

6. 7. Articulação e envolvimento dos usuários, familiares e da sociedade civil como um todo, visando à pressão das diversas esferas de governo para a destinação de recursos e concessão de isenções tributárias para o financiamento das ações e serviços de prevenção, tratamento, reinserção social e acompanhamento de dependentes de SPA, seus familiares ou pessoas ligadas.

8. Manutenção da isenção/imunidade das contribuições sociais para as entidades portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Eixo temático: FINANCIAMENTO

1. Criação de curso de capacitação em captação de recursos e financiamentos com a estruturação de um banco de dados a ser ofertado à consulta para todas as entidades nos moldes do I Fórum Brasileiro do Terceiro Setor.
2. Proposição de garantia de recursos orçamentários, nas três esferas de governo, para as estruturas de prevenção tratamento/recuperação e reinserção social.
3. Proposição de garantia da destinação de 1% e 6 % do imposto de renda para as entidades filantrópicas e afins, no exercício da apresentação da declaração.
4. Proposição de garantia, nas três esferas de governo, da manutenção de recursos humanos necessários para a prevenção, tratamento/recuperação e reinserção social do dependente químico.
5. Solicitação ao Governo Federal para a garantia de financiamento total de cursos de aperfeiçoamento de agentes na prevenção e tratamento contra as drogas, nos moldes praticados pelas Federações.
6. Fomento da transparência e aplicação de forma mais justa e paritária da arrecadação depositada no Fundo Nacional Antidrogas.
7. Validação e replicação da experiência do Estado de Minas Gerais, da Rede Complementar de Suporte Social, quanto a sua forma atual de financiamento, capacitação, articulação para o terceiro setor, a nível nacional.
8. Fomento do credenciamento das comunidades terapêuticas e instituições afins junto ao Ministério da Saúde (SUS) e busca de garantia de financiamento para as ações.

Eixo temático: PESQUISA E CAPACITAÇÃO

- 1 – definição, com clareza, pelo terceiro setor, das perguntas a serem respondidas através de pesquisas científicas.
- 2 – Aproximação das entidades com as instituições acadêmicas para viabilizar seus interesses em pesquisa, que seja aplicada e objetiva.
- 3 – Realização de pesquisas, pelas entidades, para definição do perfil da sua realidade.
- 4 - Capacitação em elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa.
- 4 – Articulação das instituições do terceiro setor para que façam parcerias entre si e com os demais setores para viabilizar financeiramente as pesquisas e atividades de capacitação.
- 5 – Publicação das pesquisas para que sejam divulgadas de forma mais acessível a todos.
- 6 – Compromisso das entidades no empenho em avaliar com método científico a eficácia de suas ações, para usar como instrumento na captação de recursos.
- 7 – Promoção de pesquisas pelas Federações de entidades, sobre a eficácia de suas filiadas, para subsidiar a necessidade de capacitação destas.
- 8 – Comprovação, através de pesquisas, de que a propaganda de álcool é prejudicial.
- 9 - Estabelecimento de parceria com os diferentes segmentos da mídia para o desenvolvimento de estratégias de capacitação voltadas para prevenção primária.
- 10 – Promoção de cursos de capacitação pelos Governos, com ampla divulgação na mídia.
- 11 – Promoção de pesquisa sobre o grau de influencia do fator espiritualidade na dependência química, e no tratamento e prevenção do uso de drogas.
- 12 - Articulação dos três setores no intuito de promover pesquisa e capacitação com atenção especial à família, criança e escola.
- 13 – Ampliação da pesquisa para o diagnostico de uso de drogas para municípios com população de pequeno e médio porte.
- 14 – Criação, pelas Federações, de um fundo de incentivo à pesquisa e capacitação.
- 15 – Manutenção do site do Fórum, para que ele seja um instrumento centralizador de informações sobre pesquisa, capacitação e outras informações.
- 16 – Discussão e proposição de um modelo de pesquisa científica que acompanhe a intensa dinâmica de evolução e modificação do fenômeno das drogas.

Eixo temático: ARTICULAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Proposição de um novo processo de discussão e reformulação da Política Nacional Sobre Drogas.
2. Realização de diagnóstico, no âmbito municipal, dos projetos e ações existentes nas diversas áreas relacionadas à Política Sobre Drogas e divulgação das mesmas, através dos diversos meios de comunicação, para torná-las conhecidas da sociedade em geral e dos gestores públicos, procurando integrá-las nas diversas políticas setoriais.
3. Adaptação das diretrizes da Política Nacional Sobre Drogas às peculiaridades e realidade de cada Município, enfatizando as ações de prevenção.
4. Ampliação da divulgação da Política Nacional Sobre Drogas para os Municípios.
5. Estímulo à participação das entidades do 3º setor em todos os Conselhos Municipais.
6. Articulação dos instrumentos sociais de controle da execução das políticas públicas visando seu fortalecimento.
7. Capacitação dos representantes do terceiro setor, gestores públicos, e outros, objetivando a ampliação dos conhecimentos técnicos, padronização da terminologia e linguagem, e qualificação para intervenções mais consistentes e objetivas nos processos de formulação de políticas públicas.
8. Definição dos papéis e responsabilidades em todos os níveis na execução da política sobre drogas.
9. Criação e/ou implementação de subsecretarias ou coordenadorias municipais na área de políticas públicas sobre drogas, com o papel de articulação com as demais políticas setoriais.
10. Estimulação para a criação e funcionamento de COMADS, com caráter deliberativo, conferindo-lhes maior autonomia.

11. Incentivo à participação dos conselhos nos processos de elaboração dos planos plurianuais e orçamentos anuais;
12. Articulação de parcerias com associações de prefeitos, secretários, vereadores, parlamentares e gestores públicos objetivando criar canais políticos de discussão dos assuntos relacionados ao problema da dependência química.
13. Organização de fóruns e seminários municipais, regionais e estaduais sobre drogas procurando difundir e articular as ações e práticas de políticas públicas sobre drogas.
14. Criação de dispositivo legal que obrigue os municípios a terem COMAD sob a pena de não receberem recursos Estaduais ou Federais.
15. Incentivo para que as entidades que atuam na área de drogas estejam inscritas nos conselhos e sejam representadas por seus segmentos no mesmo.
16. Ampliação da representatividade das entidades do terceiro setor que atuam na área de drogas nos Conselhos Municipais.
17. Realização de pesquisas e divulgação dos dados epidemiológicos sobre o uso e perfil do usuário de álcool e outras drogas visando sensibilizar a sociedade e o governo para a realidade das consequências das drogas.
18. Inclusão, em todas as publicações municipais, dos diversos endereços e serviços que atuam na prevenção, tratamento, reinserção social, grupos de auto-ajuda, mútua ajuda, sobre drogas.
19. Proposição para a inclusão, nas políticas públicas da área da assistência social, da obrigatoriedade da participação das famílias assistidas, nos programas de prevenção ao de uso de drogas.

Caeté, 06 de dezembro de 2008

Comissão Organizadora
Lista de Assinatura dos Presentes nos Eixos Temáticos

